com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o ChildFund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao ChildFund Internacional. De acordo com análise, a expectativa de desafiliação da entidade é 2017. Clarice Gomes Barbosa - Presidente CI: 382053278 SSP/SP CPF: 380.726.798-05; José Santos Gomes Farias - Contador CRC/MG: 046.066/O-5 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATÓRIO MG - 2017/054 Aos Administradores da ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA - AJENAI Jenipapo de Minas – MG Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA – AJENAI ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO JENIPAPENSE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA – AJENAI em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1). Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional De acordo com a nota explicativa nº 16, a política de parceria do ChildFund preza pela independência das organizações parceiras. A análise de indicadores sociais e financeiros elaborados pela administração do ChildFund Brasil em consonância com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o ChildFund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao ChildFund Internacional. De acordo com análise, a expectativa de desafiliação da entidade é 2017. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos o ChildFund International não se posicionou quanto a desafiliação da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 31 de março de 2017. BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES Gilberto Galinkin - Contador CRC MG - 035.718/O-8; Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes - CRC MG - 005.455/O-1; Cristina Braga de Oliveira - Contadora CRC MG - 079.371/O-6; Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes CRC MG - 005.455/O-1.

77 cm -27 954927 - 1

ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAOBIM- ASCAI.

CNPJ: 04.021.055/0001-39. BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS). ATIVO 2016; 2015. CIRCULANTE. Caixa e equivalentes de caixa (nota 3) 15.846; 250.262. Outros créditos (nota 4) 4.273; 3.600; Despesas antecipadas (nota 5) 1.847; 1.031. TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE 21.966; 254.893. NÃO CIRCULANTE. Créditos realizáveis a longo prazo (nota 4) 33.000; 36.600. Imobilizado (nota 6) 54.988; 43.158. TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE 87.988; 79.758. TOTAL DO ATIVO 109.954; 334.651. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis. PASSIVO 2016; 2015. CIRCULANTE. Fornecedores 512; 872. Obrigações sociais a recolher (nota 7) 2.767; 2.818. Provisões de férias e encargos (nota 8) 14.223; 16.391. DFCs a repassar (nota 9) 18.194; 22.254. TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE 35.696; 42.335. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 10). Patrimônio Social 292.316; 114.850. Déficit/Superávit acumulado (218.058); 177.466. Total do patrimônio líquido 74.258; 292.316. TOTAL DO PASSIVO 109.954; 334.651. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis. Demonstração do Superávit / Déficit do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (valores expressos em reais) 2016; 2015 Reapresentado. RECEITAS OPERACIONAIS. Subsídio do ChildFund (nota 11) 352.959; 416.118. Doações de associados e comunidade (nota 11) -; 35. Trabalho Voluntário (nota 16) 6.939; 2.751. Isenções de Tributos-INSS (nota 14) 57.306; 38.456. Doações de empesas e outras Ongs (nota 11) 190; 600. Indenizações -; 42.000. Receitas Financeiras 15.855; 13.555. Outras Receitas -; 1.262. 433.249; 514.577. DESPESAS OPERACIONAIS. Despesas com pessoal e encargos (206.750); (171.394). Serviços prestados por terceiros (111.093); (16.893). Trabalho Voluntário (nota 16) (6.939); (2.751). Contribuições sociais-INSS quota isenta (nota 14) (57.306); (38.456). Materiais diversos (147.181); (34.276). Despesas financeiras (6.645); (4.148). Despesas com depreciação (14.606); (13.732). Despesas gerais (100.335); (52.229). Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado (452); (3.232) (651.307); (337.11). Superávit (déficit) do exercício (218.058); 177.466. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. (valores expressos em reais). Descrição. Patrimônio Social. Superávit (déficit) Acumulado. Total. Saldos em 31 de dezembro de 2014 139.429; (24.579); 114.850. Absorção pelo patrimônio social (24.579); 24.579; -. Superávit do exercício -; 177.466; 177.466. Saldos em 31 de dezembro de 2015 114.850; 177.466; 292.316. Absorção pelo patrimônio social 177.466; (177.466); - . Déficit do exercício - ;(218.058); (218.058). Saldos em 31 de dezembro de 2016 292.316; (218.058); 74.258. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Demonstrações do fluxo de caixa. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (valores expressos em reais) 2016; 2015. FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES. Superávit (Déficit) do exercício (218.058); 177.466. Baixa de ativos imobilizado 452; 3.232. FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Depreciação 14.606; 13.732 (203.000); 194.430. Aumento (redução) nos ativos: Tributos a recuperar (140); -. Adiantamentos -; 996. Outros Créditos 3.067; (40.194). Despesas antecipadas (816); 973. 2.111; (38.225). Aumento (redução) nos passivos: Fornecedores (360); (338). Encargos Sociais (51); (1.426). Provisões de férias e encargos (2.168); 4.920. DFCs a repassar (4.060); 147. (6.639); 3.979. RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS. (207.528); 160.184. FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS. Adições ao ativo imobilizado (26.888); (3.220). RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (26.888); (3.220). Caixa líquido nas atividades operacionais e de investimentos (234.416); 156.964. Caixa e equivalentes no início do exercício 250.262; 93.298. Caixa e equivalentes no final do exercício 15.846; 250.262. Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa (234.416); 156.964. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis. Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação. Em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em reais). 1.INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE. A Associação da Criança e do Adolescente de Itaobim – ASCAI é uma pessoa jurídica de Direito Privado, de objetivos filantrópicos, sendo reconhecida como de utilidade pública a nível municipal, estadual e federal. Tem por finalidade promover o crescimento humano e desenvolver a potencialidade de sua clientela infanto-juvenil, formando o cidadão consciente, através do atendimento às suas necessidades básicas. Conta com o apoio da comunidade, órgãos públicos e do ChildFund Brasil. Atende aproximadamente 825 crianças da comunidade carente do município de Itaobim, em Minas Gerais. Os resultados obtidos em suas operações são reaplicados no seu próprio objetivo social. É regida pelo seu estatuto social e pela legislação aplicável às Entidades desta natureza. 2. BASE DE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC ITG 1000). A Entidade está sujeita ainda à observância da NBC ITG 2002 R1 Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade. a. Receitas e despesas. As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação especifica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade. b. Estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. c. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalente de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. d. Imobilizado. O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada oportunamente e ajustada se necessário. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o ativo for baixado. e. Ativos e passivos não circulantes. Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço. f. Trabalho Voluntário. Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros. g. Ajuste a valor presente de ativos e a passivos. Os ativos e passivos monetários de longo prazo, quando existentes, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA. A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada: 2016; 2015. Caixa-subsídio 769; 569. (-) Cheques a compensar (10.198); (644). Total de caixa e bancos (9.429); (75). Banco do Brasil – aplicações de curto prazo 25.275; 250.337. Total de aplicações financeiras 25.275; 250.337. Disponibilidades 15.846; 250.262. 4. INDENIZAÇÕES. A entidade contabilizou no exercício de 2015 em seu ativo o valor de R$42.000 a título de indenizações por danos materiais, que será recebido em 140 parcelas, das quais 18 parcelas já foram recebidas, ficando em 31/12/2016 um saldo de R$36.600 conforme demonstrado: 2016.2015. Ativo circulante 3.600; 3600. Ativo não circulantes 33.000; 36.600. Total 36.600; 40.200. 5. DESPESAS ANTECIPADAS. As despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2016 montavam em R$1.847 (R$ 1.031 em 31 de dezembro de 2015), relativas alugueis pagos antecipadamente a apropriar, e a prêmios de seguros a apropriar de ativos de propriedade da Entidade, conforme nota nº 14. 6.IMOBILIZADO. A composição do imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada: Taxa de depreciação ao ano % 2016; 2015. Máquinas e equipamentos 10% 42.949; 21.495. Móveis e utensílios 10% 21.401; 27.583. Acervo literário 10% 2.024; 2.024. Veículos 20% 45.686; 45.686; Computadores e periféricos 20% 34.023; 30.149. Imobilizado em andamento -; -. 146.083; 126.937. Depreciação Acumulada (91.095); (83.779). Total 54.988; 43.158. A Entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgaste e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação. A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir: Instal. Maq.Equip. Mov.Utensil. Equip.Inf. Veículos. Imob. Em andamento. Total. Saldos em 31 de dezembro de 2014. -; 10.426; 9.641; 4.518; 32.317; 966; 57.868. Adições -; 3.220; -; -; -; 3.220; 6.440. Baixas -; (3.232); -; -; -; (4.186) (7.418). Depreciação -; (1.790); (1.384); (1.478); (9.080); -; (13.732). Saldos em 31 de dezembro de 2015 -; 8.624; 8.257; 3.040; 23.237; -; 43.158. Adições -; 23.014; -; 3.874; -; -; 26.888; Baixas -; (452); -; -; -; (452). Depreciação -; (2.551); (1.208); (1.767); (9.080); -; (14.606). Saldos em 31 dezembro de 2016 -; 29.087; 6.597; 5.147; 14.157; -; 54.988. 7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER. As obrigações sociais apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro: 2016; 2015. INSS 1.598; 1.130. FGTS 829; 1.385. PIS sobre folha de pagamento 135; 173. Contribuição sindical -; 46; IRRF 10; -. Seguro de vida 195; 84. Total 2.767; 2.818. 8. PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS. As provisões de férias e encargos apresentavam a seguinte composição, em 31 de dezembro: 2016; 2015. Provisão de férias 13.049; 15.038. FGTS sobre férias 1.044; 1.203. PIS sobre férias 130; 150. Total 14.223; 16.391. 9. DFCS (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR. A Entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFCs, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), a importância de R$ 99.860 (R$106.401 em 2015); os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir: 2016; 2015. Saldo no inicial 22.254; 22.107. DFC's recebidos destinados às crianças 99.860; 106.401. DFC's repassados à crianças (103.920); (106.254). Valor revertido à Entidade -; -;. Saldo a repassar às crianças 18.194; 22.254. 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado" e são transferidos para a conta de Patrimônio Social após a aprovação da administração. Em 2016, foi aprovada pela administração a incorporação do superávit no montante de R$ 177.466 referente ao resultado apurado em 2015 (déficit de R$24.579 em 2015 referente ao resultado apurado em 2014). O patrimônio social da entidade em 2016 totaliza R$292.316, em 2015 o valor era de R$114.850. O Déficit apurado em 2016 no valor de R$ (218.058) será objeto de provação para incorporação no exercício seguinte. 11. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES. A Entidade recebeu doações e subvenções, durante o exercício, registradas em contas de receita da seguinte forma: 2016; 2015. Recursos do ChildFund Brasil 352.959; 416.118. Doações de associados e comunidade -; 35; Doações de empresas e outras ONGs 190; 600. Total 353.149; 416.753. 12. GRATUIDADES. As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por custos e despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e contribuições sociais – INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil. Em atendimento ao Decreto nº 8242/2014, Resolução nº 188 de 20 de outubro de 2005 e Lei 12.868 de 15/10/2013, a entidade concedeu gratuidades em 2016 no montante de R$ 578.943 (R$ 284.448 em 2015) conforme demonstrado a seguir: 2016; 2015. Despesas operacionais 650.855; 333.879. Contribuições sociais – INSS Quota Isenta (57.306); (38.456). Despesas com depreciação (14.606); (13.732). Gratuidades 578.943; 281.691. 13. SEGUROS. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade mantinha cobertura de seguros para o prédio da sede administrativa, bens móveis e para veículos, em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros. 14. ISENÇÕES DE TRIBUTOS - INSS. A isenção das contribuições sociais, usufruídas no ano de 2016, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de resultados e totalizou R$ 57.306 (R$38.456 em 2015). 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo. Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: ► Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. 16. TRABALHO VOLUNTARIADO. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança e Grupo de Apoio foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado. Descrição 2016; 2015. Quantidade de horas 280; 98. Valor h/h 23,21; 23,21. Valor total - R$ 6.499; 2.275. Descrição 2016; 2015. Quantidade de horas 96; 104. Valor h/h 4,58; 4,58. Valor total - R$ 440; 476. (*) Para fins de comparabilidade foram incluídos os valores do Grupo de Apoio correspondentes ao exercício anterior do grupo de apoio sem, no entanto, afetar o resultado e o patrimônio líquido uma vez que a contrapartida do lançamento das Despesas de trabalhos voluntários foi Receitas de trabalhos voluntários.***ASCAI. Rosimeire Figueira da Silva – Presidente. CI:MG-12.490.157;CPF: 077.424.676-66. José Santos Gomes Farias. Contador. CRC/MG: 046.066/O-5

52 cm -27 954603 - 1

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E INFANTIL DE ARAÇUAÍ - ASSOCIAR.

CNPJ: 21.249.362/0001-90. BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS). ATIVO 2016; 2015. CIRCULANTE. Caixa e equivalentes de caixa (nota 3) 28.606; 169.069.Créditos e adiantamentos 18- Despesas antecipadas 2392; 5.075. TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE 31.016; 177.185. NÃO CIRCULANTE PERMANENTE. Imobilizado (nota 4) 65.951; 77.734. TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE 65.951; 77.734. TOTAL DO ATIVO 96.967; 254.919. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras. PASSIVO 2016; 2015. CIRCULANTE. Fornecedores 452; 390. Obrigações Sociais e Trabalhistas 2.263; 1893. Provisões de férias e encargos (nota 5) 12.387; 10.200. DFCs a repassar (nota 6) 12.968; 16.754. Subvenções/ doações a apropriar (nota 7) 48. Outras Obrigações 4.295. TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE 28.070; 33.580. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Patrimônio social (nota 8) 221.339; 164.915. Superávit (Déficit) acumulado (nota 8) (152.442); 56.424. Total do patrimônio líquido 68.897; 221.339. TOTAL DO PASSIVO 96.967; 254.919. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras. Demonstração do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (valores expressos em reais) 2016; 2015. RECEITAS OPERACIONAIS. Subsídio Childfund Brasil (nota 9) 252.466; 311.481. Doações e Subvenções Públicas (nota 9) 48; 3.973Doações de empresas e outras ONGs (nota 9) 2.159; 2.256 Trabalho voluntariado (nota 14) 3.538; 4.085 Doações de pessoas físicas e jurídicas (nota 9) 318; 194 Receitas com Isenção do INSS (nota 12) 34.318; 28.117 Receitas financeiras 17.148; 12.959 Resultado na baixa de bens 146 Recuperação de despesas 63; 370 DESPESAS OPERACIONAIS. Despesas com pessoal e encargos (134.552); (136.576) Serviços de terceiros (53.244); (19.560) Despesas com materiais (92.241); (41.462) Trabalho voluntariado (nota 14) (3.538); (4.085) Despesas com Isenção do INSS (nota 12) (34.318); (28.117) Despesas gerais (119.420); (58.938) Despesas com depreciação e amortização (15.198); (15.380) Despesas financeiras (4.989); (3.039) Outras Despesas (5.000) -. Superávit/Déficit do exercício (152.442) 56.424. As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. (valores expressos em reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Descrição. Patrimônio Social. Superávit (déficit). Acumulado Total. Saldos em 31 de dezembro de 2014 126.692; 38.223; 164.915Incorporação ao Patrimônio Social 38.223; (38.223) -Superávit do exercício 56.424; 56.424Saldos em 31 de dezembro de 2015 164.915; 56.424; 221.339Incorporação ao Patrimônio Social 56.424; (56.424) -Déficit do exercício (152.442); (152.442)-Saldos em 31 de dezembro de 2016 221.339; (152.442); 68.897As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Demonstrações do fluxo de caixa. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (valores expressos em reais) 2016; 2015. FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES. Superávit/Déficit do exercício (152.442); 56.424 FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Depreciação e amortização 15.198; 15.380 Ganho / Perda na baixa de bens -; (146) Redução (aumento) nos ativos: Encargos a Compensar/Restituir - ;16 Créditos e adiantamentos 3.023; (1.602) Despesas antecipadas 2.683; (767) Redução (aumento) nos passivos: Fornecedores 62; 147 Salários e encargos sociais 370; (436)
Provisão de férias e encargos 2.187; (2.161) DFC´s presentes do FCC a repassar (3.786); 1.363 Subvenções/doações a apropriar (48); (109) Outras obrigações (4.295); 261 RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (137.048); 68.370 FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Baixa de bens do ativo imobilizado - ; 1.150 Adições ao ativo imobilizado (3.415); (1.770) RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (3.415); (620) Aumento/ Redução no caixa e equivalentes (140.463); 67.750 Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício 169.069; 101.319 Caixa e equivalentes no final do exercício 28.606; 169.069 Aumento/ Redução no caixa e equivalentes (140.463); 67.750As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015(Valores expressos em reais). 1.INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE A Associação Comunitária e Infantil de Araçuaí - ASSOCIAR é uma pessoa jurídica de Direito Privado, de objetivos filantrópicos, sendo reconhecida como de utilidade pública em nível municipal, estadual e federal. Tem por finalidade promover o crescimento humano e desenvolver a potencialidade de sua clientela infanto-juvenil, formando o cidadão consciente, através do atendimento às suas necessidades básicas. Conta com o apoio da comunidade, órgãos públicos e do ChildFund Brasil. Atende a aproximadamente 679 crianças da comunidade carente do município de Araçuaí e região, em Minas Gerais. O resultado obtido em suas operações é reaplicado no seu próprio objetivo social. 2. BASE DE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC ITG 1000). A Entidade esta sujeita ainda à observância da Norma Brasileira de Contabilidade, ITG 2002 R1 Entidade sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade. a. Receitas e despesas As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação especifica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade. b. Estimativas contábeis As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. 10. Caixa e equivalentes de caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. d. Imobilizado O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada oportunamente e ajustada se necessário. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit ou déficit, tendo sido apurado déficit no montante de R$ (152.442) em 31 de dezembro de 2016 (Superávit de R$ 56.424 em 2015). 9. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma: 2016; 2015 Subsídios do ChildFund Brasil aos programas 252.314; 311.044 DFC's (Presentes) à Entidade 152 437 Sub-total 252.466; 311.481 Doações e subvenções – Prefeitura Araçuaí 48; 3.973 Doações Diversas 318; 194 Doações (Fundação Luterana) e subvenções CEMIG 2.159; 2.256 Total 254.991; 317.904 10. GRATUIDADES As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas de forma segregada por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições Sociais - INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil. Em atendimento ao Decreto nº 8.242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, a Entidade concedeu gratuidades em 2016 no montante de R$ 412.984 (R$ 263.660 em 2015). 2016; 2015 Despesas operacionais 462.500; 307.157 Contrib. Sociais – INSS Quota Isenta (34.318); (28.117) Despesas com depreciação e amortização (15.198); (15.380); 412.984; 263.660 11. SEGUROS Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade mantém cobertura de seguro para a sede da Entidade situada à Rua Bernardo Teixeira, 121 em Araçuaí-MG e seguro de veículos em montante considerado pela administração suficiente para cobrir eventuais sinistros. 12. ISENÇÃO DE TRIBUTOS – INSS A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2016, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de resultado e totalizou R$ 34.318 (R$ 28.117 em 2015). 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo. 15 Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: ► Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. 14. TRABALHO VOLUNTARIADO Os trabalhos voluntários do Grupo Governança e Grupo de Apoio foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado. Em 2015 não houve serviços relacionados ao Grupo de Apoio. Grupo Governança 2016 2015 Quantidade de horas 124; 176 Valor h/h 23,21; 23,21 Valor total - R$ 2.878; 4.085 Grupo de Apoio 2016; 2015 Quantidade de horas 144 - Valor h/h 4,58 - Valor total - R$ 660 - 15. INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL A política de parceria do Child Fund preza pela independência das organizações parceiras. A análise de indicadores sociais e financeiros elaborados pela administração do Child Fund Brasil em consonância com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o Child Fund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao Child Fund Internacional. De acordo com análise, a expectativa de desafiliação da entidade é 2017. ASSOCIAR, Maiuza Soares Fernandes Presidente CI: MG-12.301.020/ CPF: 097.749.256-70, José Santos Gomes Farias Contador CRC/MG: 046.066/O-5

50 cm -27 955236 - 1